

A dimensão educativa da agroecologia na agricultura familiar

[Parte I]

Antônio Inácio Andrioli*

Considerando a existência de uma dualidade da agricultura familiar, ou seja, a interação entre produção e consumo, pode ser percebida uma crescente atenção dos pequenos agricultores com relação à qualidade dos alimentos e suas conseqüências à saúde da família. Essa tendência, empiricamente observável em experiências de produção orgânica no Brasil, pode ser interpretada como reflexo de uma consciência ecológica desses agricultores? Nesse sentido, estaria a agroecologia cumprindo uma função educativa na agricultura familiar?

A relação entre produção de valor e necessidades humanas, contraditória com o modo de produção capitalista, constitui uma particularidade importante da agricultura familiar em relação à agroecologia. O debate sobre inovações tecnológicas na agricultura pode adquirir uma dimensão política, ao unificar agricultores atingidos por tecnologias de caráter destrutivo e servindo como ponto de partida para a construção de um novo processo de consciência. A possibilidade de desmascarar o caráter explorador da agricultura capitalista através da experiência com a agroecologia e de associar a necessidade da organização política dos agricultores com outras forças anticapitalistas na sociedade pode conferir uma dimensão revolucionária a um movimento ecológico e cooperativo dos pequenos produtores.

Isso, entretanto, depende da possibilidade de desvelamento das contradições da economia capitalista, partindo de uma experiência de produção socializadora do seu interior, de maneira que as estruturas de dependência tecnológica, econômica e social deixem de ser ocultas e passem a ser conscientes, conduzindo à formação de movimentos sociais mais amplos. Considerando a relação potencial da agroecologia com as necessidades concretas dos seres humanos atingidos pela tecnologia agrícola, essa possibilidade parece existir, confirmando as experiências progressistas de pequenos agricultores brasileiros com as assim chamadas tecnologias socialmente apropriadas e sua organização em cooperativas.

A existência de um amplo movimento político e cultural anticapitalista pode ser reforçada pela auto-organização de seres humanos situados à margem da sociedade capitalista. Nesse sentido, a maior importância da experiência coletiva de produtores e consumidores em uma organização cooperativa consiste no processo de aprendizagem proporcionado pela gestão de um empreendimento produtivo de acordo com critérios igualitários, solidários e democráticos, na perspectiva de uma utopia processualmente concreta¹. Nessa perspectiva, pode ser incluído o princípio da sustentabilidade através do uso da agroecologia como ponto de partida para a auto-organização de seres humanos atingidos pela modernização capitalista da agricultura. O processo de aprendizagem resultante visa o fortalecimento da autonomia de ação e a formação da consciência dos agricultores. De acordo com Freire² é a problemática comum que representa o momento essencial para a emancipação do indivíduo num processo coletivo gerador de consciência. O processo de consciência, por sua vez, pode ser entendido, ao

* Professor do Mestrado em Educação nas Ciências da UNIJUÍ - RS e da Johannes-Kepler-Universität de Linz (Áustria). Doutor em Ciências Econômicas e Sociais pela Universidade de Osnabrück – Alemanha.

¹ No sentido de antecipação concreta de uma realidade possível. Conforme Bloch, 1985.

² Conforme Freire, 1987.

mesmo tempo, como um processo de pesquisa, “no qual o ambiente, as relações de trabalho e de vida constituem o ponto de partida e de determinação” (Széll, 1984: 28)³.

Com o auxílio da ciência, a tarefa de refletir criticamente o processo de cientificização de tecnologias agrícolas orientado pelos interesses de grandes proprietários rurais e multinacionais do setor agrícola e a sua conseqüente ocultação de interesses de dominação é, em nosso entendimento, uma das principais contribuições da agroecologia em relação à agricultura familiar e à auto-organização de agricultores. Na medida em que, através de uma ação interdisciplinar, o conhecimento implícito passa a ser tornado explícito em forma de decodificação⁴, há a possibilidade de desvelar interesses de dominação dispersos no interior da sociedade que fundamentam tecnologias, como a coisificação da natureza e dos seres humanos e a dela resultante subsunção e controle do processo produtivo e do trabalho em benefício de grandes corporações e latifundiários. “Por ser dotado da razão, o ser humano é, ao contrário de outros seres vivos, capaz de refletir sobre as causas e conseqüências de suas ações e, desta forma, sobre sua identidade, sua posição e responsabilidade no mundo e sobre o sentido da vida. Essa capacidade de reflexão e auto-reflexão define a existência humana. A reflexão é o conflito com a natureza interna e externa, com opiniões e experiências próprias e de outros (...). Por isso, o resultado da reflexão é também emancipação, ou seja, libertação do indivíduo da dependência social, política e espiritual e a conquista da autonomia e da maioria livre de preconceitos” (Tischler, 1998: 232).

De acordo com essa compreensão, uma transformação agrotecnológica através do uso da agroecologia, como ponto de partida para uma mudança social, precisa estar associada à transformação das relações de dominação no meio rural, de maneira que as experiências concretas dos agricultores com a tecnologia e a organização cooperativa possam conduzir, em toda sua capacidade de desvelamento de contradições, à tomada de consciência da opressão existente, à identificação de responsáveis e possíveis aliados, ao fim do isolamento e à solidariedade. “O processo de reflexão crítica, que por meio da apropriação da esfera objetiva das relações socialmente determinantes constitui o sujeito, é a condição para que da ‘classe em si’ possa surgir a ‘classe para si’” (Széll, 1984: 37-38).

A tarefa de possibilitar tamanho processo de reflexão social através da tecnologia agrícola obviamente não pode ser reduzida aos pesquisadores das ciências naturais, como os defensores da modernização capitalista parecem estar convencidos. Com base numa suposta “objetividade dos fatos” eles procuram forçar a legalização de descobertas tecnológicas em benefício de interesses legitimadores da dominação. “É evidente que a ‘objetividade dos fatos’ existe em áreas das ciências naturais como a física e a química, mas jamais nas ciências sociais. O essencial de fenômenos e estruturas sociais é precisamente o fato de serem históricos e, com isso, modificáveis” (Széll, 1989: 8). Mudanças no desenvolvimento tecnológico dominante carecem, portanto, do acompanhamento de assistentes e animadores no processo de reflexão, atuando junto ao desenvolvimento de tecnologias⁵, pois os agricultores, por um lado, carecem de conhecimento e, por outro, estão perdendo gradativamente seu conhecimento tradicional.

É decisivo, entretanto, que, em primeira linha, os seres humanos subsumidos pelo processo produtivo dominante estejam interessados e participem do processo de reflexão crítica, de

³ Todas as traduções que constam no texto foram realizadas pelo próprio autor.

⁴ Idem.

⁵ Conforme Freire, 1992.

forma que não sejam constituídas e reproduzidas novas estruturas de dependência⁶ em função da ainda existente divisão do trabalho entre extensionistas rurais e agricultores. “Quem melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor do que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão por acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela” (Freire 1987: 31).

Nesse sentido, o conhecimento especializado somente pode ser assimilado pelos agricultores através de uma ação dialógica e combinado ao seu conhecimento tradicional, de forma que através de experiências comuns de atingidos em grupos possam ser endogenamente desenvolvidas tecnologias novas, progressistas, social e ecologicamente apropriadas. Esse processo de desenvolvimento participativo pode ser compreendido também como uma conquista de espaço social pelos oprimidos, através do qual eles passam a ter condições de compreender sua opressão internalizada e superá-la. “O grande problema está em como poderão os ‘oprimidos’, que ‘hospedam’ o opressor em si, participar da elaboração, como seres duplos, inautênticos, da pedagogia de sua libertação. Somente na medida em que se descubram ‘hospedeiros’ do opressor poderão contribuir para o partejamento de sua pedagogia libertadora” (Idem: 32).

Referências:

- ANDRIOLI, A. *Biosoja versus Gensoja: Eine Studie über Technik und Familienlandwirtschaft im nordwestlichen Grenzgebiet des Bundeslandes Rio Grande do Sul (Brasilien)*. Frankfurt am Main: Peter Lang, 2007.
- BLOCH, E. *Das Prinzip Hoffnung*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1985.
- FREIRE, P. *Extensão ou Comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- SZÉLL, G. *Bildungsarbeit als Forschungsprozeß*. Anmerkungen zur Übertragbarkeit der Freireschen Pädagogik. München: Hueber, 1984.
- SZÉLL, G. *Vampirismus oder Betroffenenforschung*. Zur Methodologie der Sozialwissenschaften. Osnabrück: Universität Osnabrück, 1981.
- TISCHLER, K. *Betriebliches Umweltmanagement als Lernprozess*. Theorie und Praxis organisationsorientierter Umweltbildung als Beitrag zur Steigerung der Fortschrittsfähigkeit der Unternehmung. Frankfurt am Main: Peter Lang, 1998.

⁶ “Decisivo para tal processo de mudança é que as mudanças não venham propostas de cima, de maneira autoritária – mesmo que sejam introduzidas com vistas ao bem-estar de todos os atores sociais. A humanização, se iniciada e colocada em curso por outros que não sejam os próprios atingidos – mesmo que se trate dos mais bem intencionados cientistas! – em última instância, somente estabiliza relações de dominação. Pois exatamente os cientistas, os quais não são eles mesmos atingidos por determinadas relações de trabalho, passam a representar os seus próprios interesses ou os interesses daqueles que os financiaram e colocaram o projeto em execução” (Széll, 1981: 8).